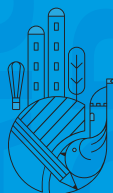


A IMPORTÂNCIA ^{DAS} POLÍTICAS LOCAIS NA CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS UNIVERSAIS

RESUMO DA CONFERÊNCIA **2023**



CIDADES
AMIGAS DAS
CRIANÇAS

unicef 

Com o apoio:



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES

RESUMO DO EVENTO

No dia 25 de outubro de 2023, a UNICEF Portugal, em colaboração com a Câmara Municipal de Guimarães, realizou a conferência dedicada ao tema “A importância das Políticas Locais na Concretização de Direitos Universais”, no âmbito do Programa Cidades Amigas das Crianças. O evento teve lugar no Teatro Jordão, em Guimarães com transmissão direta online. Contou com a participação de 630 pessoas presencialmente e online, nomeadamente decisores, especialistas em Direitos da Criança, entidades da sociedade civil e crianças.

O debate centrou-se nos desafios atuais que afetam as crianças, assim como na importância do seu papel ativo na construção das políticas e ações nas suas comunidades.

01

Sessão de abertura

Domingos Bragança, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, deu início ao encontro, sublinhando que, “se há tema atual e emergente, numa altura em que vários conflitos armados se desenrolam no mundo, ele é a discussão dos direitos das crianças, de todas elas, independentemente do local onde vivem. Nós fazemo-lo através das políticas públicas locais para a nossa comunidade, mas como exemplo e referência para a universalidade (...). Guimarães foi reconhecida em 2019 pela UNICEF como Cidade Amiga das Crianças e é tão importante sermos referência na defesa e proteção para um melhor desenvolvimento físico, emocional das nossas crianças, para que nós, como comunidade local, nacional e da União Europeia, possamos transmitir esses valores para o mundo inteiro”.

Em nome da UNICEF Portugal, a Diretora Executiva, **Beatriz Imperatori**, destacou a necessidade de manter vivos os valores da segurança, tolerância, democracia e humanismo, fundamentais para Portugal, acrescentando que “o nosso país e as nossas cidades precisam de um renovado compromisso, respondendo de forma positiva aos desafios que vivemos hoje das alterações climáticas, das migrações, da saúde mental, de uma era digital, da participação das crianças e dos adolescentes”. Relembrou, ainda, que “as Cidades Amigas das Crianças adotam novas formas de governança e de ação que permitem a integração consistente das várias dimensões da criança na política local, a coordenação dessas mesmas políticas e das suas ações, sempre sustentadas no conhecimento de cada território, assim como a participação da criança de forma sistemática para que a sua sensibilidade, visão e necessidades norteiem a definição das políticas, a decisão e ação que se lhes destina, conhecedora da realidade, participadas e fiéis depositárias dos valores humanos que nos unem para construirmos um mundo melhor para todas as crianças”.

A Sessão de Abertura do evento terminou com uma mensagem de vídeo de **Luís Pedernera**, Vice-Presidente do Comité dos Direitos da Criança, que recordou que “quando pensamos nos direitos das crianças, temos de pensar que o tempo das crianças não é o tempo das instituições ou dos adultos, e é por isso que temos de ser rápidos e eficazes na adoção de medidas e na implementação de políticas”. Referiu que “a vida real das crianças” está na dimensão local, explicando que “o Comité entende que é nos governos locais que a vida acontece. As Cidades Amigas das Crianças são um contributo substancial para a abordagem centrada nos Direitos

da Criança. Quando os atores locais tomam decisões na área da infância, estão a ter um impacto direto na vida das crianças e das famílias”.

Na sua intervenção mencionou, ainda, algumas das recomendações que o Comité dos Direitos da Criança tem feito, nomeadamente:

1. A importância da recolha sistemática e desagregada de dados e da sua qualidade;
2. A coordenação entre os diferentes atores governamentais, incluindo a coordenação entre o governo central e os governos locais;
3. A necessidade de orçamentos com uma abordagem centrada nos Direitos da Criança;
4. A capacitação e formação dos técnicos em Direitos da Criança e o investimento na divulgação dos Direitos da Criança junto das próprias crianças, das famílias e da comunidade;
5. O reforço da proteção das crianças;
6. O envolvimento e participação das crianças em todos os processos nos países e nas comunidades.

02

Desenvolvimento e ambiente sustentável, saúde e bem-estar para todas as crianças: que tendências e desafios?

Neste painel, moderado por **Francisca Magano**, Diretora de Políticas para a Infância e Juventude da UNICEF Portugal, um conjunto de especialistas de diferentes áreas procuraram informar o debate político sobre que medidas ou estratégias funcionam e deviam ser seguidas a nível local para garantir os Direitos da Criança. Numa altura em que o mundo enfrenta muitos desafios diariamente, existe também um vasto conhecimento científico sobre como os mitigar e responder eficazmente às necessidades e prioridades das crianças.

Ana Santos Pinto, Investigadora e Professora da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, começou a sua intervenção salientando que, no acolhimento de crianças, particularmente crianças não acompanhadas, é necessário existir um enquadramento prévio sobre o contexto de origem das crianças, nomeadamente se vêm de zonas de conflito e o nível de intensidade dos conflitos, sendo também necessário ter em consideração questões de saúde mental que são muito importantes para a compreensão de determinados comportamentos – é, portanto, preciso ter estruturas de acolhimento com as competências para fazer este acompanhamento. Ainda neste âmbito, reforçou que a questão da língua é absolutamente fundamental, não só porque as crianças aprendem mais rápido as línguas, mas também porque a língua é, em si, um mecanismo que permite acelerar a socialização.

A investigadora referiu que as políticas migratórias são, por natureza, intergovernamentais, ou seja, incluem demografia, saúde, educação, inclusão social, habitação, cultura, desporto, etc. – não sendo possível fazer uma política migratória que não tenha todas estas componentes, quer seja na dimensão normativa e legislativa, quer seja na dimensão da implementação, lembrando que a eficácia das políticas só se mede por resultados, sendo estes visíveis em indicadores quantitativos, mas igualmente em matéria de perceções. Neste sentido, partilhou que a resposta aos múltiplos desafios atuais requer também fazer ciclos de monitorização das políticas públicas – que Portugal ainda não faz – ou seja, fazer aprendizagens e respetivos ajustamentos e, a partir dessa monitorização, fechando o ciclo da política pública,

fazer uma avaliação e uma readaptação da política a adotar. Para isso, será necessário perceber que o tempo político e o tempo mediático não correspondem ao tempo de implementação de estratégias.

A terminar a sua intervenção, fez referência aos modelos de governança, partilhando que não há modelos globais. Estes tendem a ser cada vez mais multinível e multimodular, ou seja, envolvem vários níveis de decisão, incluindo abaixo do município e, mesmo abaixo da junta de freguesia, ao nível do bairro, da localidade. Neste domínio, salientou também a importância de não separar comunidades por nacionalidades ou contextos socioeconómicos. Reforçou as vantagens de, nos processos de acolhimento e integração, dar a conhecer a componente cultural e gastronómica, utilizar-se o desporto, a arte e a música enquanto mecanismos fundamentais de socialização, que reduzem o obstáculo da língua e permitem participar e reconhecer que o Outro não é assim tão diferente. Os modelos de governança devem, por isso, ser cada vez mais participativos, tendo a consciência de que as crianças querem participar, devendo ser criadas oportunidades para que aprendam a participar e a representar os interesses coletivos – se não estiver ao nível da educação, não há nenhuma política pública que funcione, não há nenhum município que tenha a capacidade de ser amigo das crianças, pois não há uma consciencialização de que se tratam de direitos individuais defendidos ao nível coletivo – “a política pública começa em cada um dos cidadãos e em cada um dos atos de cidadania”.

Margarida Gaspar de Matos, Psicóloga Clínica e da Saúde, e Professora Catedrática na Universidade de Lisboa, chamou a atenção para a importância do processo de envolvimento e participação das crianças, que implica apoiá-las na reflexão sobre os assuntos, dotá-las de metodologias de análise, desenvolvendo o pensamento crítico e dar-lhes autonomia para formularem as suas próprias ideias e opiniões. Os municípios têm, por conseguinte, que estar preparados e criar oportunidades para que estes processos aconteçam, caso contrário, estarão a ser desenhadas políticas para as crianças que não são relevantes e adequadas às suas necessidades e prioridades.

A investigadora apresentou dados sobre a evolução da saúde psicológica no âmbito do estudo HBSC/OMS que se realiza em Portugal desde 1998, a cada quatro anos, e que analisa os comportamentos dos adolescentes e a sua relação com os contextos de vida, possibilitando uma monitorização da situação nacional e a comparação com a situação noutros países, com impacto nas políticas públicas. Em relação aos dados apresentados, observou que em 2002 houve decréscimo nos níveis de saúde psicológica dos jovens e, posteriormente, os valores melhoraram até 2010, ano em que voltaram a diminuir, nomeadamente devido às alterações climáticas, pobreza, fome e segurança alimentar, COVID-19, contexto de guerra. Notou, ainda, o impacto que todos estes temas têm nas crianças, sendo que muitas delas nasceram e vivem constantemente em contextos de crise.

Neste seguimento, fez referência à sua participação no grupo de trabalho que definiu o Plano de Recuperação das Aprendizagens (Plano 21|23 Escola+), no qual defendeu que esta recuperação tinha de ser feita não apenas ao nível das competências de matemática, e de leitura e escrita, mas também num cenário de saúde psicológica, lembrando que este é um direito universal.

A concluir, sublinhou o papel fundamental que os municípios e as comunidades locais têm nestes processos para gerar a mudança, sendo que é importante que não se deixem ficar numa “paralisia pragmática, porque não conseguimos fazer tudo. Vamos por pequenos passos, mas na direção certa”.

João Joanaz de Melo, Professor Associado na Universidade Nova de Lisboa e investigador no CENSE - Center for Environmental and Sustainability Research, deu início à sua intervenção referindo que a resposta aos desafios atuais tem de ser multinível, envolvendo todas as escalas de trabalho e níveis de decisão – por exemplo, a resposta à crise ambiental e climática requer ação, intervenção e decisão a todos os níveis: a nível global (e.g. o Acordo de Paris que estabelece um conjunto de metas e compromissos para a ação climática), a nível nacional (e.g. uma reforma fiscal), a nível regional e local (e.g. ordenamento, habitação, transportes), a nível organizacional (compromisso, responsabilidade, ESG - Environment Social Governance), e a nível familiar, no que diz respeito ao estilo de vida.

O investigador considera que o papel dos municípios na ação climática passa, nomeadamente, por:

- > Ordenamento do território: minimização de riscos, espaços verdes e sociais, salvaguarda da Reserva Ecológica Nacional e da Rede Natura 2000;
- > Habitação para todos: apoio à renovação do edificado; enfrentar a pobreza energética com unidades técnicas, sociais e financeiras;
- > Transportes sustentáveis: prioridade à ferrovia e ao transporte público intermodal, e os modos suaves como um complemento;
- > Educação para ambiente e cidadania.

Salientou também a importância da colaboração e envolvimento de organizações parceiras (por exemplo, organizações não governamentais) para responder aos desafios atuais – a sociedade civil tem de ser parte ativa nos processos de tomada de decisão e da vida da cidade.

Sobre a resposta aos desafios da sustentabilidade, destacou:

- > Eficiência (e.g. na utilização da água, energia, materiais, na geração de resíduos, etc.);
- > Salvaguardar recursos essenciais;
- > Reforma fiscal ambiental;
- > Participação e transparências nos processos de decisão;
- > Educação e envolvimento emocional;
- > Mudanças no estilo de vida.

03

As crianças no centro da decisão local

Num debate moderado por **Paula Ferreira**, Editora-executiva adjunta do Jornal de Notícias, três autarcas partilharam as suas experiências e práticas centradas nos Direitos da Criança e que contribuem positivamente para o desenvolvimento e bem-estar das crianças nos seus territórios.

Adelina Pinto, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, partilhou que no Município de Guimarães “havia uma necessidade de pensarmos a criança no seu todo. E a Cidade Amiga das Crianças traz-nos este conceito, traz-nos esta inovação, este olhar para a criança, não enquanto aluna, não enquanto filho, não enquanto objeto de uma intervenção, mas enquanto um cidadão - um cidadão que, neste caso, é uma criança (...); um cidadão de pleno direito, que tem de ser, obviamente, tido em conta na definição das políticas públicas (...). Portanto, este todo que a criança nos traz nesta Cidade Amiga das Crianças foi, obviamente, algo que nos seduziu muito e que nos permitiu depois conseguir agregar todo o trabalho que o município tem feito. (...) Hoje aquilo que a Cidade Amiga das Crianças nos veio trazer foi um pensamento global, em que a criança não é um assunto da Educação, não é um assunto da Ação Social, mas é um assunto do Urbanismo, é um assunto do Ambiente, é um assunto da projeção de cidade, é um assunto da construção do espaço público, isto é, de nós conseguirmos que todos, que toda a política local, todos aqueles que fazem intervenção, seja material, seja imaterial, pensem que temos crianças no percurso e, ao termos crianças no percurso, temos obviamente de ter formas diferentes de trabalhar, nomeadamente com os vários parceiros, incluindo a forma como se envolvem *stakeholders* completamente diferentes.”

O Município de Guimarães desenvolve várias iniciativas que têm a preocupação de ouvir as crianças, mas também de fazer o processo de devolução às crianças. “Não podemos fazer de conta que ouvimos as crianças. Isso é perverso. (...) Até pode não acontecer nada, mas tem de ser devolvida à criança a razão pela qual aquilo

não aconteceu. (...) Temos feito este trabalho de devolução às crianças das sugestões que elas fizeram, nomeadamente na questão do espaço público, daquelas que foram acolhidas e das razões pelas quais algumas das sugestões não foram acolhidas. E, portanto, há esta responsabilidade de devolução, que é para nós crucial". Adelina Pinto sublinhou a importância de que a "participação da criança, a audição da criança, não seja um momento que está no calendário, não seja no dia 1 de junho, que é Dia da Criança, ou no dia sem carros, ou noutro dia qualquer. Que seja um processo nosso enquanto autoridade local, mas que seja também um processo das escolas, dos clubes, dos pais, isto é, da criança que se mexe em vários âmbitos, para que ela seja ouvida e consiga participar nas decisões. (...) A questão da participação das crianças tem de ser iniciada por nós, politicamente. As cidades são fundamentais, somos nós que estamos próximos das crianças, somos nós que vamos às escolas, que encontramos as crianças – é muito mais fácil desenvolver política pública devidamente adequada àquelas crianças, mas depois tem de ser um paradigma assumido pelas crianças".

Sobre o legado que quer deixar, aludiu à "capacidade de os municípios inovarem e terem cada vez mais desafios para colocarem à frente das crianças. Eu desejava que nós conseguíssemos uma coesão territorial, no caso de Guimarães, em que uma criança de Briteiros tivesse as mesmas oportunidades que uma criança que vive aqui no centro de Guimarães, que consiga ter acesso às mesmas possibilidades desportivas, culturais, ambientais, a tudo aquilo que nós estamos a fazer. E essa diversidade, essas asas que nós podemos dar, por um lado, vão fazer uma geração

diferente de valores. Tenho a certeza que esta diversidade e esta interculturalidade vão trazer muito mais tolerância, muito mais flexibilidade às nossas crianças. E da parte dos decisores políticos, nunca se pode tirar o pé do acelerador. Isto é, não há nada que seja conquistado. Portanto, não se pode tirar o pé do acelerador porque o mundo muda e nós temos de mudar os projetos, mudar a estimulação, continuar à frente, continuar a desafiar, continuar a ter estes projetos que depois alavancam nacionalmente. Conseguir que as cidades sejam cidades habitadas por crianças, onde sejam felizes, onde possam ficar, trabalhar, fazer a sua vida, de onde possam sair em liberdade, se assim o entenderem, e onde se sintam bem ao regressar. Este bem-estar, este espaço de felicidade é absolutamente crucial nas suas memórias, nas suas vivências, para que depois tenhamos cidadãos vimaranenses e portugueses andando pelo mundo, nesta globalidade que obviamente não conseguimos controlar".

Ricardo Rio, Presidente da Câmara Municipal de Braga, considera que "a grande importância de participar neste tipo de redes [Programa Cidades Amigas das Crianças] e de nos vincularmos a este tipo de compromissos, começa logo pela questão do compromisso, ou seja, de termos um olhar estruturado, não apenas para uma das dimensões em que a criança participa na nossa sociedade – que seria naturalmente a questão da educação, porventura – mas sim todas as dimensões em que ela interage com a comunidade e, a partir daí, olharmos para aquilo que já fazemos, vermos aquilo que os outros fazem, aprendermos muito com os outros. É isso que temos procurado também fazer em Braga, não só a nível nacional, mas igualmente em termos internacionais e

depois desenvolver as melhores políticas para responder às nossas populações”.

Braga é uma das cidades mais jovens a nível da Europa, com quase 40% da população com idade inferior a 30 anos, e vive atualmente um período de crescimento muito significativo, quer natural, quer por atração de migrantes, tratando-se de um desafio para o desenvolvimento da cidade. Nomeadamente ao nível do contexto educativo, as escolas de Braga têm mais de 5.000 alunos estrangeiros, algumas têm quase 30% de alunos estrangeiros ou, pelo menos, com ascendência estrangeira. Por conseguinte, as dimensões da integração e da inclusão são muito importantes. Em particular, o município tem trabalhado muito nos últimos anos para garantir que todas as crianças tenham uma participação plena na sociedade, nomeadamente em termos desportivos, culturais, educativos e de ocupação de tempos livres.

Ricardo Rio referiu, ainda, que o investimento na integração e a valorização da qualificação dos jovens cria oportunidades para o futuro. Segundo o autarca, uma das formas de trabalhar para o bem-estar das crianças é investir numa área do desenvolvimento económico, pois ao atrair mais empresas, ao gerar mais oportunidades profissionais para o presente e para o futuro, as crianças e os jovens vão ter melhores oportunidades no território. E o contrário também se verifica, ou seja, crianças melhor preparadas, melhor integradas socialmente, melhor qualificadas, também criarão condições para atrair mais empresas. Muitas vezes, coloca-se o foco na dimensão do que é que nós estamos a dar às crianças, sendo também pertinente olhar para aquilo que as crianças de hoje podem dar à sociedade.

Muitas das projeções e intervenções do espaço público que Braga tem vindo a fazer, têm a preocupação de criar condições, não apenas para as crianças, mas predominantemente para as crianças. A título de exemplo, ações para que as crianças possam circular e usufruir do espaço público em segurança têm passado pela criação de mais zonas pedonais, ampliação de passeios, criação de zonas de atravessamento com passagens pedonais sobrelevadas para diminuir a velocidade de circulação dos carros, diminuição dos lugares de estacionamento, supressão de espaço para a circulação de carros e promoção de soluções de mobilidade.

O autarca partilhou que um primeiro legado que quer deixar tem a ver com “a capacidade de resposta das Câmaras Municipais no seu todo. É a consciência de que nós temos que, em função das realidades dinâmicas que vão ocorrendo, ter a flexibilidade para ter uma resposta rápida para acorrer àquilo que verdadeiramente é mais premente em cada momento e ser inovador. Nós, as Câmaras Municipais, no seu todo, temos tido muitas vezes esse efeito prescritor de projetos que começam em contexto local e que rapidamente são universalizados – por exemplo, a generalização da oferta de refeições de fruta ou de leite ou dos manuais escolares. Nós em Braga tivemos essa possibilidade, por exemplo, o projeto “Pimpolho” para o diagnóstico e acompanhamento da Ambliopia [problema oftalmológico], que é uma das questões que condiciona muito o desenvolvimento dos alunos em processo de aprendizagem, começou na Câmara Municipal, em parceria com o Hospital de Braga e Agrupamentos de Escolas e depois escalou para uma resposta nacional. (...) Há depois uma outra dimensão que é o estímulo do sentimento de identidade e de pertença. A capacidade

de envolver e pôr os mais jovens a participar é muito importante para que eles, independentemente das opções que venham a tomar no futuro, vejam sempre a cidade como a sua âncora e como o seu porto de abrigo”.

Paulo Fernandes, Presidente da Câmara Municipal do Fundão, deu início à sua intervenção trazendo a ideia de responsabilidade – para o autarca, atualmente não há nenhum município que possa excluir-se da responsabilidade da transformação ou mitigação dos grandes desafios que o mundo enfrenta – “quando estamos a falar de questões humanitárias, questões climáticas, questões de direitos fundamentais, todos somos chamados a contribuir com algo”. Os municípios, em particular, representam o nível que detém maior impacto sobre a vida das crianças, estando na linha da frente da política pública e, como tal, é preciso inovar na forma de responder. Os municípios são chamados a dar prioridade às crianças. O autarca acredita que estas redes, nomeadamente o Programa Cidades Amigas das Crianças, permitem concretização em ações e medidas e promovem a aprendizagem mútua. No Fundão, “começámos bem antes da pandemia a fazer tutorias digitais em termos de apoio a disciplinas nucleares, porque nos resultados percebia-se uma coisa óbvia: as crianças que tinham duas horas ou mais de autocarro para poder chegar à escola, por dia, tinham piores resultados do que tinham as crianças que demoravam cinco minutos a pé a chegar à escola”.

Considera que “não é suficiente quando dizemos que ouvimos: ouvimos, tomamos boa nota e decidimos. Mas ouvimos, tomamos boa nota e codecidimos é outra história. O modelo da democracia

não pode estar, obviamente, cingido a fazermos opções de quatro em quatro anos. (...) Uma criança não é passiva nos direitos, mas é ativa nos direitos, é uma criança que pode ter, obviamente, uma abordagem mais cívica – temos que a assumir de forma mais cívica (...) – a sua posição conta”.

Sobre o legado que quer deixar, o autarca referiu-se ao projeto educativo “Raízes e Asas”. A percentagem de pessoas não nacionais no Município do Fundão é crescente e com perfis muito diversos, trazendo vários desafios. O município tem apostado na formação das crianças: “ensinamos uma linguagem universal a todos – a partir dos seis anos todos aprendem a programar na escola pública. (...) Não há nenhuma criança que acabe a escola primária que não aprenda a fazer queijo. Mas também tem que aprender o trabalho de olaria, tem que aprender a tocar bombo, tem que aprender a fazer flores, tem que aprender a fazer um cesto, mas também tem que aprender a fazer um protótipo digital e a seguir vão fazê-lo em real. E o que é que isto nos traz? Nesta perspetiva também da inclusão da diversidade e, se quisermos, também de prepararmos as crianças para aquilo que é uma questão fundamental no mundo de hoje, que é a adaptabilidade. (...) Esta possibilidade deste cruzamento, quando são linguagens universais, criativas, digitais, musicais (...) das linguagens de programação ou das linguagens ligadas ao saber fazer dos patrimónios imateriais, também de alguma forma, põe todos em pé de igualdade e trazem também interculturalidade. Porque não esqueçamos que a multiculturalidade é muito bonita, mas geralmente empobrece; a interculturalidade é muito bonita, mas realmente enriquece, porque nos traz também a cultura do Outro para dentro do nosso processo

e esse é o caminho. (...) Acabámos por ser hoje uma das capitais europeias da diversidade e da inclusão, ou seja, uma cidade muito pequenina de 12.000 pessoas em Portugal – acho que temos que ter algum orgulho. E é esse o legado – o legado é um legado sempre de liberdade, de diversidade, de inclusão e, de certa forma, também sem medos”.

04

O caminho para criar uma cultura de participação

A conferência contou com a participação de cinco crianças e jovens de Guimarães e do Porto, incluindo representantes do Grupo Consultivo da UNICEF Portugal – **Alexandra, Júlia, Mariana, Matilde e Miguel** – que partilharam as suas experiências e perspetivas. Destacaram a importância de participar ativamente na comunidade como estímulo para o crescimento pessoal, como forma de desenvolver a sua autonomia e de contribuir para o desenvolvimento das sociedades. Para estas crianças e jovens, o principal conselho que deixam aos seus pares é o de não ter medo e não desistir. Procurar proativamente espaços de participação e garantir que a sua voz é ouvida, sempre, e que as suas opiniões se refletem em ações que melhoram a sua vida, a de todas as crianças, e de toda a comunidade.

Este painel, moderado por **Véronique Lerch**, especialista internacional em Direitos da Criança, incluiu a partilha da experiência da UNICEF Roménia sobre a implementação do Programa Cidades Amigas das Crianças no país desde 2021, através do testemunho de **Viorica Stefanescu**, especialista em monitorização de sistemas de Direitos da Criança, e de **Marian Damoc**, perito nacional no Programa Cidades Amigas da Criança.

A apresentação focou o envolvimento e participação de crianças na tomada de decisões a nível local, na Roménia, nomeadamente através dos Conselhos Locais de Participação. Os oradores trouxeram, em particular, o exemplo sobre a forma como as propostas das crianças foram integradas nos orçamentos locais aprovados para 2023 e que incluíram, entre outras, ações para a redução do abandono escolar precoce, iniciativas de combate ao bullying nas escolas, educação sexual para abordar o problema da gravidez na adolescência, transportes gratuitos para as crianças conseguirem ir à escola, a produção de materiais educativos e o fornecimento de produtos de higiene nas escolas, a instalação de iluminação pública para garantir a segurança das crianças, o desenvolvimento de campanhas de sensibilização para a proteção do ambiente, e a promoção de espaços de recreio inclusivos e adaptados às necessidades das crianças com deficiência.

A conferência sobre “A importância das Políticas Locais na Concretização de Direitos Universais” realizada no âmbito do Programa Cidades Amigas das Crianças da UNICEF ofereceu uma visão abrangente e pragmática sobre o papel crucial que as políticas locais desempenham na garantia e promoção dos direitos universais da Criança. O desafio é fazer sempre mais e melhor, reforçando a construção de comunidades mais justas, inclusivas e sustentáveis para todas as crianças e jovens.



unicef

Com o apoio:



MUNICÍPIO DE
GUIMARÃES